

CPI do Judiciário será instalada na quinta-feira

Logo depois, será criada a CPI do Sistema Financeiro, proposta pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que não há obstáculos ao funcionamento simultâneo das duas comissões

Suplicy (D) sugeriu que a CPI do Sistema Financeiro seja transformada em comissão mista (com a presença de deputados). Mas Antonio Carlos lembrou que o Regimento do Senado impede a mudança



A CPI do Judiciário será instalada na quinta-feira e terá 120 dias para concluir seus trabalhos. O anúncio foi feito na quarta-feira pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que admitiu a possibilidade de funcionamento simultâneo desta comissão com a CPI proposta pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho, sobre irregularidades no sistema financeiro. “Não é o ideal, mas, se for necessário, funcionarão ao mesmo tempo”, disse Antonio Carlos. “Não há empecilho legal e vamos fazer tudo dentro da lógica e dos preceitos legais”, adiantou. A previsão do senador é que a CPI do Sistema Financeiro seja instalada logo em seguida à do Judiciário, assim que forem finalizados os entendimentos em curso entre as lideranças partidárias. O senador Eduardo Suplicy questionou a Mesa da Casa sobre a possibilidade de a CPI requerida por Jader ser transformada em uma comissão mista, com a participação de deputados em sua composição. Antonio Carlos respondeu que o Regimento Interno do Senado impede a mudança, uma vez que o requerimento apresentado pelo líder do PMDB destinava-se à realização de investigações apenas pelos senadores. Ele abriu espaço, no entanto, para uma eventual negociação entre as Casas do Congresso. “Se houver deliberação posterior das duas Mesas, o assunto será examinado em plenário”, afirmou.

PÁGINA 3

CCJ



A CCJ aprovou parecer do relator, Lúcio Alcântara, favorável à proposta enviada pela Câmara

Aprovado projeto que muda a Lei Camata

Foi aprovado na última quarta-feira, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), projeto da Câmara que altera a Lei Camata e reduz para 50% das receitas líquidas o teto de gastos da União com o funcionalismo público. O projeto ainda será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de seguir para o plenário.

PÁGINA 7

Marina Silva quer moratória de transgênicos

A senadora Marina Silva anunciou que apresentará nesta semana projeto de lei instituindo moratória de produção e experiências com organismos transgênicamente modificados. Ela disse estar preocupada com os possíveis danos desses produtos sobre a saúde pública, o meio ambiente e os ecossistemas.

PÁGINA 5



Marina lembrou que a Europa ainda não aprovou a comercialização de organismos geneticamente modificados

Plenário discute política para educação ambiental

Sessão da próxima quarta-feira debate proposta oriunda da Câmara que torna obrigatório ensino do tema nas escolas

Na próxima quarta-feira, o plenário do Senado discutirá projeto que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, cumprindo determinação prevista na Constituição. De autoria do deputado Fábio Feldmann, a proposta torna obrigatória a educação ambiental em todos os níveis de ensino, mas sem a exigência de matérias específicas nos currículos.

O projeto contou com pareceres favoráveis da senadora Marina Silva (PT-AC) e do então senador Joel de Hollanda nas comissões de Assuntos Sociais e de Educação.

O autor, Fábio Feldmann, lembra

que as constituições dos estados, a exemplo da Carta federal, incluíram capítulos sobre a proteção ao meio ambiente e definem a educação ambiental como um dos principais instrumentos dessa proteção. No entanto, não existe até agora uma orientação geral sobre a educação ambiental, o que é proposto pelo projeto em discussão.

Entre outras coisas, o projeto determina que os professores devem fazer cursos de formação em educação ambiental e que 20% dos recursos arrecadados com a aplicação de multas contra agressores do meio

ambiente devem ser aplicadas em educação ambiental.

DIPLOMATAS

Também na sessão de quarta-feira, o plenário votará mensagens do presidente da República indicando novos embaixadores. O ex-porta-voz da Presidência Sérgio Amaral foi indicado para ocupar a embaixada brasileira na Grã-Bretanha, enquanto o atual embaixador nos EUA, Paulo Tarso Flecha de Lima, irá para a Itália. Celso Amorim chefiará a delegação permanente do Brasil em Genebra e Gelson Fonseca Júnior será chefe da missão do Brasil na ONU.

CE aprecia projeto sobre ensino de direitos humanos

A formação policial poderá ter uma matéria a mais em seu currículo, caso seja aprovado projeto de lei, de autoria da ex-senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que institui o estudo de direitos humanos nas academias de polícia em todo o país.

A proposta será apreciada na próxima reunião da Comissão de Educação (CE), que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a realizar-se amanhã, após a Ordem do Dia.

A comissão apreciará também outras treze matérias, dentre elas o requerimento que solicita o

comparecimento do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para prestar informações sobre o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef), e a criação da subcomissão de rádio e televisão, que analisará a programação das emissoras.

Também será apreciado o requerimento de convocação do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, para prestar informações a respeito da política governamental para a radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Reunião da CAE amanhã avalia três propostas

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), convocou reunião ordinária para amanhã, às 10 horas, com uma pauta de três itens, entre os quais o que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite, de autoria do deputado

Maurício Requião.

Os outros dois itens em pauta para deliberação são os seguintes: o que define sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal, de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), e a mensagem com que o governo encaminhou ao Senado a programação monetária para o segundo trimestre de 1999.

Audiência vai debater redução da idade para dirigir carros

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comunicou na quarta-feira que apresentará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) um requerimento solicitando a realização de uma audiência pública para discutir projeto relatado por ele e de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que reduz de 18 para 16 anos a idade mínima exigida para a habilitação de condutores de veículos:

— A audiência pública, sem a menor dúvida, reunirá elementos informativos que instrumentarão a CCJ e o próprio plenário do Senado a decidir, com mais segurança, a respeito dessa importante modificação proposta para o nosso Código de Trânsito — comentou Francelino Pereira.

Preocupado com o número excessivo de propostas alterando o Código de Trânsito, Francelino revelou que a partir de agora solicitará audiências públicas, com a participação de todos os segmentos interessados, sempre que o Senado tiver que deliberar sobre o assunto.

■ **Leia mais, na página 7, sobre Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

ESPECIAL

▶ 14h30 - Abertura do seminário "Visão Geral do Senado Federal", realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro, destinado aos servidores que acabam de ingressar na Casa. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (6.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *Requerimento nº 106/99, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLS nºs 63, 97 e 159/99, por versarem sobre campanhas publicitárias de empresas fabricantes de cigarro e bebidas alcoólicas; *Requerimento nº 79/99, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos PLS nºs 63 e 97/99, por versarem sobre campanhas publicitárias de empresas fabricantes de cigarro e bebidas alcoólicas; e *Requerimento nº 94/99, que solicita, nos termos regimentais, que sobre o PLC nº 1/96 (nº 1.727/91, na Casa de origem), que institui, para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira pela geração de energia elétrica em centrais nucleares, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infra-Estrutura.

Quarta-feira (7.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; *Mensagem nº 71/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Celso Luiz Nunes Amorim para exercer a função de embaixador, chefe da delegação permanente do Brasil em Genebra; *Mensagem nº 72/99, submete a escolha de Gelson Fonseca Júnior para embaixador junto às Nações Unidas; *Mensagem nº 84/99, submete a escolha de Sérgio Silva do Amaral para embaixador do Brasil junto à Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; e *Mensagem nº 86/99, que submete a escolha de Paulo Tarso Flecha de Lima para embaixador na Itália.

Quinta-feira (8.4.99)

▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PDL nº 6/99, que aprova o texto do Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador, aprovado em Washington, em 8/7/95; *PDL nº 11/98, que aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos, celebrado entre Brasil e Hungria, em Brasília, em 3/4/97; *PDL nº 4/99, que aprova o texto do acordo comercial celebrado entre Brasil e Indonésia, em Brasília, em 24/9/96.

Sexta-feira (9.4.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira (6.4.99)

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *PLC nº 63/96, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; *PLS nº 13/99, que dispõe sobre cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; e *Mensagem nº 97/99, que encaminha ao Senado Federal a programação monetária para o segundo trimestre de 1999. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

Após a Ordem do Dia - Comissão de Educação

Pauta: Entre outros temas, *PLC nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; *Trata do sobrestamento do estudo das emendas da Câmara dos Deputados ao PLS nº 110/98, a fim de aguardar decisão sobre o PLS 197/95; *Requerimento da senadora Luzia Toledo, solicitando o comparecimento do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para prestar informações sobre o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental, o Fundef; *Requerimento do senador Pedro Simon, que propõe a criação da subcomissão de Rádio e Televisão; *Requerimento do senador Luiz Otávio, que solicita o depoimento da secretária de Educação Fundamental, Iara Glória Areias Prado; do diretor do Fundo de Fortalecimento das Escolas, Emílio Marques; e de dirigentes subordinados ao Ministério da Educação para prestarem esclarecimentos acerca do levantamento do governo, no tocante à distribuição das escolas nas regiões Norte e Centro-Oeste; *Requerimento da senadora Emília Fernandes, que propõe a convocação do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, a fim de prestar informações a respeito da política governamental para a radiodifusão com fins exclusivamente educativos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

Quarta-feira (7.4.99)

▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Entre outros assuntos, *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 21/97, que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; *PDL nº 96/96, que dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI do Judiciário começa atividades na quinta

A previsão do senador Antonio Carlos Magalhães é de que a CPI do Sistema Financeiro seja instalada logo em seguida, assim que finalizados os entendimentos em curso entre as lideranças partidárias



Antonio Carlos disse que criação de duas CPIs simultâneas "não é ideal, mas, se necessário, vai funcionar"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a CPI do Judiciário será instalada na próxima quinta-feira, e avaliou as condições do funcionamento simultâneo com a do Sistema Financeiro, requerida pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA):

– Não é o ideal, mas, se for necessário, funciona. Não há empecilho regimental, e vamos fazer tudo dentro da lógica e dos preceitos legais. Temos é que instalar as CPIs, e fazê-las funcionar. E isso nós vamos fazer – assegurou o presidente do Senado, após encerrar a sessão deliberativa da quarta-feira passada.

Antonio Carlos comentou a hipótese de transformação das CPIs já criadas no Senado em comissões de inquérito mistas, incluindo deputados:

– Legalmente já não pode ser, porque ambas foram apresentadas e publicadas, e o Regimento do Senado não permite – esclareceu.

Quanto à alternativa sugerida pelo PT, de apresentação de um novo requerimento dando caráter misto às CPIs, o senador acha que é possível regimentalmente, mas dependerá de acordo político:

– É muito difícil. Pode ser feito, se vier a ser acordado com os signatários dos requerimentos originais, e as Mesas das duas Casas, aí, vão acomodar – opinou Antonio Carlos Magalhães.

A previsão do senador é de que a CPI do Sistema Financeiro seja instalada logo em seguida à do Judiciário, assim que finalizados os entendimentos que vêm sendo mantidos pelas lideranças partidárias.

Aprovado acordo contra ataques a diplomatas

O plenário aprovou na quarta-feira a "Convenção sobre Prevenção e Punição de Crimes contra Pessoas que gozam de Proteção Internacional, Inclusive Agentes Diplomáticos", negociada em Nova York, em dezembro de 1973. Só em outubro de 1997, quando 94 países haviam assinado a convenção, o governo brasileiro decidiu oficializar sua adesão, enviando o acordo para votação do Congresso.

A convenção prevê, entre outras coisas, que um país signatário poderá extraditar um "presumido autor de crime" mesmo que não tenha feito acordo de extradição com o governo solicitante. Para isso, poderá se basear nos termos da convenção. No entanto, as controvérsias

em torno do assunto poderão ser decididas pela Corte Internacional de Justiça.



José Agripino foi o relator na Comissão de Relações Exteriores

O senador José Agripino (PFL-RN), relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), concordou com a vigência da convenção, assinada numa época de crescente número de atentados terroristas contra diplomatas. Apesar de passados mais de 25 anos, "sua importância permanece inalterada", afirma Agripino em seu parecer.

O plenário aprovou também na quarta-feira um acordo sobre isenção parcial de visto assinado pelo Brasil com a Tailândia em julho de 97, com parecer favorável do relator na CRE, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Projeto que acaba com juros de 12% volta à CCJ

Depois de discutida por cinco dias em plenário, em primeiro turno, a proposta do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que muda os artigos da Constituição que tratam do Sistema Financeiro Nacional voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto recebeu emendas de plenário e o relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), terá de se manifestar sobre elas na CCJ.

O projeto muda três artigos da Carta, inclusive o 192, o qual limita a 12% a taxa máxima de juros reais cobrada no país. José Serra propõe a revogação sumária do artigo 192, mas Jefferson Péres não concorda com a supressão e apresentou parecer alterando a sua redação. Assim como José Serra, o relator também quer o fim do limite dos juros, por considerar a exigência "dissociada da realidade econômica e financeira do país".

No projeto original, Serra pondera que a exigência constitucional de que apenas uma lei complementar pode regulamentar o Sistema Financeiro Nacional inviabilizou na prática sua votação, por se tratar de assunto polêmico e complexo. José Serra afirma em sua justificativa que, eliminado o artigo 192, a regulamentação do sistema poderá ser feita por leis ordinárias, onde cada uma tratará de uma parte do assunto, facilitando sua votação no Congresso.

Em seu substitutivo, o relator Jefferson Péres não aceita a regulamentação por lei ordinária e mantém a exigência de lei complementar, mas concorda que sejam várias leis. Jefferson propõe que sejam eliminados todos os incisos e parágrafos do artigo 192.

Suplicy tenta fazer com que comissão dos bancos seja mista

O senador Antonio Carlos Magalhães anunciou na quarta-feira que a Mesa Diretora já enviou à publicação o requerimento, de autoria do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), solicitando a criação de CPI para apurar escândalos envolvendo instituições financeiras.

Com a providência, a comissão, para ser de fato instalada, depende agora apenas da indicação de seus membros pelas bancadas partidárias. O pedido contou com o apoio de 45 senadores.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou a Mesa, durante a sessão deliberativa, sobre a possibilidade de a CPI requerida por Jader ser transformada em uma comissão

mista, contando com a participação de deputados em sua composição. Ele afirmou que sua solicitação baseava-se no fato de que pedido de instalação de CPI com finalidade semelhante também estava sendo encaminhado na Câmara.

Antonio Carlos respondeu que o Regimento Interno do Senado impede essa CPI de ser mista, explicando que o requerimento apresentado por Jader refere-se à criação da comissão apenas no âmbito do Senado. Ele disse, entretanto, que, "se houver deliberação posterior das Mesas (da Câmara e do Senado), o assunto será examinado pelo plenário". Mas, "em princípio", ressaltou, "são separadas".

Lauro quer ouvir Lampreia sobre crise na Iugoslávia

O senador Lauro Campos (PT-DF) apresentou requerimento convocando o ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, para prestar esclarecimentos ao Senado sobre a posição adotada pelo Brasil diante dos ataques da Otan à Iugoslávia.

Segundo Lauro, o ministro havia declarado que o Brasil era contra o uso da força como solução para o conflito em Kosovo (província da Iugoslávia). No entanto, conforme informou Lauro Campos, o Brasil foi um dos 12 países membros do Conselho de Segu-



Lauro Campos

rança da ONU a rejeitarem moção da Rússia exigindo o fim dos ataques à Iugoslávia:

– Lampreia havia dito que o Brasil era contra o uso da força. Mas, contraditoriamente, rejeitou a moção russa. Esta posição é inadmissível e, além de incoerente com a posição anterior do Itamaraty, pode fazer crer que a política externa brasileira, que teve passagens de independência, como, por exemplo, ao reatar relações com Cuba, esteja caracterizando-se por um mero alinhamento com os Estados Unidos – criticou o senador.

Tebet propõe prioridade na Justiça para conclusões de CPIs

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apresentou projeto de lei estabelecendo que as conclusões das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) encaminhadas ao Ministério Público deverão ter prioridade sobre todos os atos judiciais e administrativos, exceto o *habeas corpus* e o mandado de segurança.

Na opinião de Ramez Tebet, é inaceitável que os órgãos a que se destinam os resultados das CPIs neutralizem, por acúmulo de serviço ou qualquer outra razão, os trabalhos realizados pelo legislativo. Ele criticou que, como atualmente os resultados das CPIs não recebem prioridade, muitas vezes inquéritos não são instaurados para apurar responsabilidades e diligên-

cias deixam de ser feitas:

– O objetivo é contribuir para a redução da impunidade, pois vislumbramos, com a nossa proposta, a solução para que as conclusões de comissões parlamentares de inquérito não venham a sucumbir diante da morosidade imposta pelos procedimentos ordinários – explicou Ramez Tebet.



Ramez Tebet acha absurdo trabalho de CPI ser desperdiçado

Requião pede mais segurança na urna eletrônica

Senador apresenta projeto que amplia métodos de controle e fiscalização do novo sistema de votação. Ele afirma que os partidos não têm meios para evitar uma possível fraude "limpa, sem impressões digitais"

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) registrou em plenário, na quarta-feira, a apresentação de projeto de sua autoria que tem como objetivo ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico. Seu propósito é impedir e prevenir práticas ilícitas que podem ser adotadas, na votação eletrônica, sem deixar qualquer indício.

De acordo com a proposta, a urna eletrônica passará a imprimir o sufrágio em cédula individualizada, permitindo ao eleitor a conferência do registro de seu voto e, no caso de discordância com os dados apresenta-

dos, anulá-lo e repetir a votação.

Requião também quer impedir que o voto seja identificado quando da digitação do número do título eleitoral em um terminal conectado à urna eletrônica.

O senador afirmou reconhecer que o voto eletrônico tornou mais ágil o processo de apuração dos votos, mas manifestou preocupação com a segurança do pleito:

– A fiscalização partidária não tem meios que permitam conferir se os votos apurados em uma determinada urna correspondem realmente à vontade dos eleitores – argu-

mentou o senador.

Ele citou declaração do próprio secretário de Informática do Tribunal Superior Eleitoral, Paulo César Câmara, admitindo que a situação atual da urna eletrônica pode propiciar as condições para a prática da fraude "limpa, sem impressões digitais".

O projeto estabelece que os votos impressos de pelo menos 3% das urnas eletrônicas deverão ser recontados pelo processo manual. As urnas que serão submetidas a esse processo serão escolhidas pelos partidos ou coligações participantes do pleito.



Roberto Requião reconhece que processo agiliza votação, mas teme pela segurança do voto

Luiz Estevão propõe reduzir ICMS de carro

O desequilíbrio na arrecadação do ICMS entre estados produtores e revendedores de veículos automotores poderá ser atenuado com a aprovação de projeto de resolução que propõe a redução de 7% para 5,5% da alíquota do ICMS cobrada diretamente dos fabricantes nas operações interestaduais de venda, defendeu ontem o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Esse é o teor de projeto de resolução apresentado por ele e Roberto Saturnino (PSB-RJ) com o objetivo de recuperar, pelo menos em parte, as perdas impostas aos estados revendedores. Com 27 assinaturas de apoio, a matéria já tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As perdas dos estados revendedores resultaram do acordo entre as montadoras, o governo e os sindicatos para deter as demissões de trabalhadores das indústrias do setor automotivo. Pelo acordo, o ICMS dos veículos foi reduzido de 12% para 9%, de modo que um carro produzido em São Paulo, por exemplo, passou a recolher 7% de ICMS na saída do carro da fábrica e apenas 2% no estado de destino, explicou o senador.

Apesar da redução do ICMS, o aumento da produção manteve inalteradas as receitas dos estados produtores, enquanto os estados revendedores tiveram perdas brutais, acrescentou. É por isso que, na opinião de Luiz Estevão, o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, "está coberto de razão ao entrar no STF com ação contra a redução do ICMS".

Pela justificativa da proposta, seus autores pretendem "permitir que as demais unidades da Federação estendam aos seus cidadãos o mesmo benefício de redução adotado pelo estado de São Paulo, sem que, com isso, sejam prejudicados em suas receitas relativas ao ICMS". A redução de 7% para 5,5% do ICMS, argumentou ainda Luiz Estevão, não iguala a situação de estados produtores e revendedores, mas atenua as distorções geradas.



Luiz Estevão espera reduzir as perdas dos estados que apenas revendem os veículos

Nota do PT apóia vereador em Sergipe

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou na quarta-feira que a bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional divulgou nota às autoridades e à população de Porto da Folha, Sergipe, solidarizando-se com o vereador Manoel Gomes de Freitas (Manoel de Rosinha), cuja quebra de imunidade parlamentar está sendo requerida pelo prefeito do município, José Júlio de Santana Torres.

Na opinião de José Eduardo Dutra, a tentativa de processar o parlamentar, "pelas legítimas ações e iniciativas decorrentes do exercício do seu mandato, constitui-se em agressão ao Poder Legislativo e ao regime democrático duramente conquistado pelo povo brasileiro". Ele acrescentou que a ação oposicionista do vereador deu-se dentro do cumprimento do exercício do seu mandato:

– Diante de tais fatos, é nosso dever manifestar nossa irrestrita solidariedade ao vereador Manoel de Rosinha, repudiando as tentativas de intimidação ao nosso partido e aos nossos companheiros – afirmou José Eduardo Dutra, na nota divulgada, também assinada pelo deputado federal Marcelo Déda (PT-SE) e pelos demais membros da bancada petista na Câmara e no Senado.



Dutra disse que tentativa de cassar imunidade é perseguição política a vereador sergipano

Heloísa Helena solidariza-se com pedido de moratória de Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) solidarizou-se na quarta-feira com o pedido que deverá ser encaminhado pelo governo de Alagoas de suspensão, por 30 dias, do pagamento das dívidas do estado junto à União. A senadora ponderou, no entanto, que é impossível resolver em um mês o problema, em face das atuais dificuldades enfrentadas por Alagoas, e fez um apelo para que o Congresso apóie uma revisão das condições estabelecidas nos acordos, "à luz da realidade econômica que existe no país":

– Dizíamos, desde o ano passado, ainda quando da assinatura do Protocolo de Intenções, que Alagoas não poderia pagar uma dívida que foi feita em bases absolutamente imorais e inconstitucionais, como o acordo dos usineiros, imoral e sem nenhuma sustentação legal; as famosas operações de antecipação de receita orçamentária e outras operações condenáveis sob o ponto de vista jurídico, constitucional, simplório. Entretanto, o governo federal não nos atendeu, não fez uma auditoria des-



Heloísa Helena disse que dívida de Alagoas foi feita em bases "absolutamente imorais"

sa dívida e hoje obriga o estado de Alagoas a comprometer 13% da sua receita líquida real com um pagamento que não tem condições de fazer – afirmou.

Heloísa voltou a apontar a inutilidade da reunião patrocinada pelo presidente da República com os governadores, realizada em fevereiro passado. Para ela, Alagoas continua sendo desrespeitada pelo governo federal, pois a única coisa que

este faz na mesa de negociação "é apresentar-se de forma subserviente, subordinada e ajoelhar-se vergonhosamente perante o capital especulativo internacional".

A representante de Alagoas condenou ainda o que se convencionou chamar de "fazer o dever de casa":

– Eu já disse aqui que os estados estão sendo obrigados a fazer o dever de casa para garantir o caixa escolar da escola do capital especulativo internacional – afirmou Heloísa, para quem o resultado desse dever de casa é o desmantelamento dos serviços públicos e a falta de recursos para saúde, educação e segurança pública.

Ultimamente, a situação alagoana só tem se agravado, no entender da senadora, inclusive por causa da seca:

– E todos nós sabemos por que a seca se perpetua. Porque muitas personalidades políticas precisam da fome do pai e da mãe de família para chegar lá trocando uma cesta básica por um voto – denunciou.

Discurso gera debate sobre política social

Em aparte ao discurso da senadora Heloísa Helena, Paulo Souto (PFL-BA) apoiou a necessidade de um esforço para ajudar Alagoas, mas questionou os argumentos de Heloísa Helena. Souto discordou das críticas da senadora ao "dever de casa", e lembrou que ele próprio realizou um grande esforço para sanear financeiramente a Bahia, da qual foi governador até o início deste ano.

O senador também observou que os problemas de Alagoas são tão grandes que os 13% destinados ao pagamento da dívida junto à União seriam insuficientes para resolvê-los.

Também em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que há um costume "nesta República complacente e autocomplacente com a corrupção, de varrer o lixo para baixo do tapete, rolando dívidas crimino-

samente contraídas". O senador referiu-se à Medida Provisória nº 8.111, que permite a rolagem das letras financeiras "fraudulentamente emitidas para pagamento de precatórios". Segundo Requião, a MP atende principalmente aos interesses do Bradesco:

– O Bradesco e o Banco do Estado do Paraná foram os principais compradores desses títulos e, se não o tivessem feito, as operações fraudulentas nunca teriam existido, porque a cadeia da felicidade teria caído, uma vez que ninguém teria recursos para bancar, no final, a compra dos títulos – acrescentou.

Para o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), as críticas de Heloísa Helena à falta de ação do governo federal "são precedentes". O estado de calamidade que se abateu sobre Alagoas, assim como as chacinas que se repetem em São Paulo, no Rio de Janeiro e em

outras unidades da Federação devem ser relacionados à falta de uma "verdadeira política social" – disse Maguito.

Já o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) destacou a importância de os congressistas empenharem-se "para acabar com essa história" de que a União perdeu impostos com a Constituição de 1988. "Enquanto os impostos compartilhados permanecem e são reduzidos, os não compartilhados crescem e vão todos parar nas mãos da União", protestou o ex-governador do Amazonas.

Ao apoiar as críticas de Heloísa, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a necessidade de a União e Alagoas "tomarem as providências cabíveis para que seja feito um saneamento financeiro e também moral em busca da auto-estima do povo alagoano".

Marina quer suspender produtos transgênicos

Para senadora, a comunidade científica e os políticos devem discutir a questão dos organismos geneticamente modificados “sem se deixar levar por pressões de empresas que querem apenas ganhar mais”

A senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou sua preocupação com o uso da engenharia genética, os organismos transgênicamente modificados e seus possíveis danos à saúde pública, ao meio ambiente e aos ecossistemas. Ela disse que apresentará nesta semana um projeto de lei instituindo a moratória de produção e experiências sobre organismos transgênicamente modificados, até que fique mais claro o quadro de benefícios e desvantagens.

– Estou propondo, na verdade, um debate apaixonado sobre o tema, mas sem preconceitos ou idéias preconcebidas. A comunidade científica e os políticos devem discutir o assunto sem se deixar levar por pressões de empresas transnacionais que querem apenas ganhar mais milhões – defendeu.

A senadora ressaltou que sua posição não é isolada. Segundo ela, recentemente o governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, assinou decreto proibindo experiências desse tipo no estado.

Para Marina Silva, é uma decisão “no

mínimo apressada” liberar a produção de soja transgênica no país. “A Europa ainda não aprovou a comercialização de organismos geneticamente modificados, por entender que seu impacto sobre a dieta alimentar, a agricultura e o meio ambiente não foi devidamente estudado. Se o Primeiro Mundo está reticente, por que vamos ficar na contramão?”, indagou.

Pouco se sabe, com certeza, sobre os produtos transgênicos, observou Marina. “Mas já se sabe não haver vantagem protéica ou vitamínica em relação aos produtos tradicionais. Há indícios de que podem causar alergias novas em animais e nos homens. Além disso, os possíveis danos aos ecossistemas e ao meio ambiente, causados por sementes que não podem se reproduzir, ficam cada dia mais evidentes”, afirmou.

A senadora disse que alguns não compreendem a linguagem de preocupação com assuntos sociais, ambientais e de saúde pública. “Mas, certamente enten-



Marina adverte que produtos transgênicos podem enfrentar problemas de mercado

dem os argumentos do mercado. Pois bem, produtos transgênicos podem ser objeto de boicote por parte de países que não os liberaram, como os da União Européia. A soja e a castanha-do-pará, geneticamente modificadas, correm risco de não encontrar mercados internacionais que as importem”, alertou.

Jonas critica mudanças nas comissões que estudam MPs

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) fez um apelo aos líderes dos partidos no Senado para que reformulem o procedimento adotado na composição das comissões mistas constituídas para analisar medidas provisórias reeditadas:

– A tramitação das MPs no Congresso Nacional vem se processando de maneira tumultuada, conflituosa e, conseqüentemente, lenta. Em parte porque, a cada reedição da medida provisória, os líderes definem que a composição da comissão mista deve ser alterada, um vez que o documento, tendo sofrido alguma modificação na sua reedição, já é, então, considerado como outro instrumento de lei, diferente do primeiro.

Jonas Pinheiro entende que as alterações feitas na MP na sua reedição acontecem, muitas vezes, por força de negociação e entendimento entre as instituições da área abrangida por aquele instrumento legal e o governo federal. Dessa maneira – disse ele – os parlamentares que vinham se envolvendo com a matéria, participando das discussões, dos debates e das negociações, às vezes até mesmo com o governo federal, são sumariamente afastados do processo e substituídos por outros, que deverão começar tudo de novo.

– Eu mesmo – disse o senador – fui designado presidente e relator de várias MPs; envolvi-me com os seg-



Jonas lamenta que parlamentares já envolvidos com a tramitação das MPs sejam substituídos

mentos da sociedade interessados na matéria, participei de negociações com o governo federal, conseguimos avanços, mas, na reedição das medidas provisórias, fui sumariamente afastado da relatoria e da presidência – protestou.

De acordo com o senador, estão em tramitação no Congresso 78 MPs editadas pelo presidente da República. Muitas delas já contam com 30, 40 e até 64 reedições. Isso quer dizer, conforme Jonas, que muitas ultrapassam, inclusive, o período da legislatura, que é de quatro anos. “Assim, encerram-se os mandatos, fazem-se novas eleições, mudam-se os parlamentares e muitas medidas provisórias não são apreciadas pelo Congresso”, acentuou.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), além de concordar com a proposta de Jonas Pinheiro, chamou atenção para a necessidade de as comissões mistas criadas para analisar as medidas provisórias apresentarem seu parecer, “o que tem deixado de ser feito freqüentemente”.

CAS voltará a examinar projeto sobre sangue

O plenário acatou na quarta-feira requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que solicita o reexame, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de projeto de lei proibindo o comércio de sangue. A matéria regula atividades relacionadas com a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados.

A proposta, oriunda da Câmara, foi originalmente analisada pelo então senador José Alves, que acrescentou emenda permitindo a comercialização de hemoderivados, justificando que o Brasil é quase “integralmente dependente de importação” desses produtos.

Também considerando a emenda, os senadores Tião Viana (PT-AC), Carlos

Patrocínio (PFL-TO) e o próprio Lúcio Alcântara defenderam a necessidade de que a matéria seja submetida a análise mais profunda.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), mesmo concordando com o requerimento, criticou o adiamento da votação. Ele disse entender que o objetivo da emenda de José Alves era o de permitir a importação do produto e a comercialização, por parte do governo, para atender a quem necessita dos hemoderivados e eventualmente pode pagar por ele. Resaltou que defende o fornecimento gratuito para hospitais da rede pública e para todos os cidadãos que não tenham como pagar pelos medicamentos.

Senado votou cinco matérias na semana e 106 desde janeiro

Com a aprovação do projeto que revoga a obrigatoriedade do *kit* de primeiros socorros em automóveis, na terça-feira, subiu para 106 o número de matérias já apreciadas pelo Senado no ano de 1999; dessas, 55 foram votadas durante a convocação extraordinária e 51 no período normal de funcionamento da Casa.

Somente na última semana de março (de 29 a 31), cinco matérias foram aprovadas pelo plenário, entre elas quatro acordos internacionais: o que dispõe sobre a prevenção e punição de crimes contra diplomatas; o de isenção parcial de visto, com a Tailândia; o que cria a Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço, com a Argentina; e o que dispõe sobre combate ao contrabando de armas, com o Paraguai.

Os senadores também decidiram devolver à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame de emendas de plenário, proposta de emenda à Constituição que extingue a limitação dos juros reais em 12%, e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para reexame, projeto proibindo o comércio de sangue.

A CCJ resolveu realizar audiência pública para discutir a redução da idade de imputabilidade criminal, de 18 para 16 anos, antes de passar à votação da matéria. Serão ouvidas organizações não-governamentais ligadas aos direitos humanos e à defesa das crian-



Plenário aprovou na semana passada o fim do *kit* de primeiros socorros

Matérias apreciadas pelo Senado de 29 a 31 de março de 1999

Projetos aprovados e enviados à promulgação	4
Projetos aprovados e enviados à sanção	1
Total de matérias aprovadas	5

de 6 de janeiro a 31 de março de 1999

Na convocação extraordinária	55
Na sessão legislativa ordinária	51
Total de matérias apreciadas	106

ças e adolescentes, e também representantes do Poder Judiciário e do Executivo (Ministério da Justiça).

A comissão decidiu também marcar, para quarta-feira, a votação da proposta de emenda constitucional extinguindo o cargo de juiz classista na Justiça do Trabalho.

Duas comissões de inquérito acabam de ser instituídas pelo Senado: a CPI do Judiciário, cujo requerimento foi apresentado à Mesa no dia 25, e a dos Bancos, cujo pedido de criação, apoiado por 45 senadores, foi enviado à publicação, conforme determina o Regimento Interno.

Alcântara apóia reposição de recursos para programas sociais

Senador afirma que verbas nunca deveriam ter sido cortadas e cobra continuidade do Brasil Criança Cidadã, que beneficiava creches e escolas



Suplicy constatou, com base em informação oficial, que nenhum município foi beneficiado

Governo não implementou renda mínima, diz Suplicy

Um ano e três meses após a promulgação da Lei nº 9.533, que instituiu o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), nenhum município brasileiro foi beneficiado com recursos federais, afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). De iniciativa do Executivo e relatado no Senado por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o PGRM tem um formato diferente do projeto de renda mínima defendido há anos pelo senador, apesar de também garantir renda às famílias que mantenham suas crianças nas escolas. O resultado nulo foi constatado pelo senador a partir de requerimento de informações dirigido ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, cujas respostas deixaram Suplicy confiadamente “desapontado”. Após a promulgação, em 10 de dezembro de 1997, a lei só foi regulamentada em 2 de julho de 1998, meses após os 60 dias de prazo legal. Conforme a resposta do ministro, 158 municípios se inscreveram para a assinatura de convênios a fim de implementar o programa, mas o prazo para tanto se esgotara. Na opinião do senador, o resultado nulo também demonstra que “está cada vez mais difícil acreditar na palavra do presidente da República”, pois, quando sancionou a lei, este a apresentou como “revolucionária”. Em aparte, Lúcio Alcântara ponderou que o fato de nenhum município ter assinado o convênio não significa que o governo descurou do problema. Além disso, salientou, o PGRM não é compulsório. Dizendo compreender a tristeza de Suplicy, Alcântara adiantou que, conforme informação do ministro da Educação, os primeiros convênios começarão a ser firmados no início de abril.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apoiou a reposição de recursos destinados a programas sociais do governo e que haviam sofrido cortes orçamentários. “Na verdade, esses recursos nunca deveriam ter sido cortados ou reduzidos, ainda mais que uma série de políticas macroeconômicas tem contribuído para afligir ainda mais a vida do brasileiro mais pobre, mais necessitado”, afirmou o senador.

Segundo Alcântara, o governo federal manteve, até o ano passado, um programa chamado Brasil Criança Cidadã, no qual apoiavam-se creches, escolas e outras instituições que abrigam crianças e jovens e fornecem cuidados especiais na área de educação e de assistência social.

– Não estão previstos recursos para esse programa no Orçamento de 1999. O que aconteceu? Com a atuação do programa Brasil Criança Cidadã, os estados se retraíram e essas creches e instituições, que recebiam dinheiro também dos estados, passaram a recebê-lo somente da União, via programa Brasil Criança Cidadã, por intermédio da

Secretaria de Assuntos Sociais do Ministério da Previdência. Agora, a União diz que o programa foi concluído no ano passado e que não há recursos para este ano – ressaltou.

O senador também defendeu a ação fiscalizadora do Senado no caso das duas propostas de criação de CPI – uma do Judiciário e outra do Sistema Financeiro. Para ele, do ponto de vista formal, não se pode argumentar que o Senado extrapolou suas prerrogativas ou que tenha ido além do que poderia fazer. “A minha preocupação agora é que, tendo o Senado constituído essas duas comissões parlamentares de inquérito, também não se descuide da vigilância em relação ao funcionamento da própria Casa”, explicou.

Lúcio Alcântara lembrou que tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados estão tramitando há bastante



Alcântara teme que creches e outras instituições fiquem sem recursos

tempo proposições “altamente moralizadas”, mas sem pronunciamento final. Uma delas, apontou o senador, é a revisão da imunidade parlamentar, que já foi aprovada no Senado e encontra-se agora na Câmara.

– Todos sabemos que tanto no Senado quanto na Câmara há uma série de solicitações do Supremo Tribunal Federal para abrir inquéritos. Portanto, a Câmara tem o dever de se pronunciar sobre o assunto o mais rápido possível, sob pena de parecer que não estamos olhando para nós mesmos, não estamos nos vendo diante do espelho ao simplesmente engavetar essas medidas. Esse não é o caminho – alertou.

Outras propostas lembradas por Alcântara foram os projetos aprovados no Senado que tratam da fixação de novas regras para edição de medidas provisórias; extinção do sigilo bancário para

parlamentares, membros do Executivo e juízes; e fim do nepotismo no Legislativo, no Executivo e no Judiciário. “Estão na Câmara dos Deputados há muito tempo e não há decisão sobre eles. Não apelo no sentido da aprovação, reprovção ou alteração do projeto, mas no sentido de que haja uma deliberação, qualquer que seja ela”, protestou Alcântara.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) declarou-se impressionado com o relato de Alcântara e observou que a Câmara dos Deputados “parece uma câmara mortuária dos projetos do Senado, mas aqui também morrem projetos”. Como exemplo, citou as sugestões contidas no relatório final da CPI dos Precatórios, como a criação de varas federais especializadas em crimes financeiros.

– Encaminhei projeto nesse sentido. Ele recebeu parecer favorável do senador Josaphat Marinho, mas nunca foi sequer votado numa comissão – lembrou Requião, pedindo apoio dos demais senadores para o projeto, que pretende reapresentar.

Maguito elogia “gesto de humildade” do governo



Maguito: governo deve fazer as pazes com a geração de empregos

Para o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), o presidente Fernando Henrique Cardoso teve um gesto de humildade ao atender os “milhares de apelos feitos no Senado, na Câmara e em todo o Brasil” para que não cortasse a verba das áreas sociais. A análise foi feita durante discurso pronunciado da tribuna do Senado.

Maguito Vilela pediu apoio do governo à emen-

da de sua autoria que destina mensalmente 5% dos recursos previstos no Orçamento da União para programas de combate à miséria e à fome no país. “Espero que o presidente faça as pazes com a geração de empregos e com o crescimento do Brasil”, afirmou.

O senador instou o governo a ampliar “as pazes que comemora com o Comunidade Solidária”, passando a adotar uma política de desenvolvimento que possibilite ao país “colocar-se diante do mundo e dizer que acabou com a miséria e a violência”.

Ele defendeu também mudanças na política econômica, com a redução dos “juros escorchantes e criminosos praticados no país”. Além disso, declarou esperar que o governo se decida a apoiar o setor produtivo, garantindo crédito para os agricultores brasileiros.

Maguito Vilela ainda dirigiu um apelo especial ao governo para que dê mais atenção às estradas brasileiras e ponha um fim “ao crescente número de famílias enlutadas pela caótica condição das rodovias”.

Marluce propõe subcomissão sobre o trabalho infantil

Partindo da convicção de que ações isoladas do poder público ou de entidades organizadas contra a utilização de trabalho infantil na produção não darão o resultado necessário, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) anunciou requerimento à Comissão de Assuntos Sociais para a instalação de uma subcomissão permanente destinada a tratar da questão. O objetivo, disse, é mapear e quantificar a incidência do problema, recolher informações sobre projetos desenvolvidos por entidades públicas e privadas e colaborar na ampliação do alcance de programas bem-sucedidos.

Apesar de exemplos “dignos de nota e aplausos” encontrados nos estados de Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, que visitou quando presidente da comissão mista que in-

vestigou o trabalho infantil no Brasil, Marluce Pinto salientou que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) colocou o Brasil no terceiro lugar do ranking de países latino-americanos que utilizam a mão-de-obra de crianças e adolescentes.

Motivo ainda maior de preocupação, acentuou a senadora, é que num país em que o trabalho infantil é um problema crônico, certamente vinculado às condições de miséria, a crise econômica levará a um aprofundamento dessa exploração. “Na última década houve uma multiplicação de nossas crianças no trabalho, com o agravante de que, a cada ano, é menor a idade de iniciação”, afirmou.

Na opinião de Marluce, a garantia de educação para os cerca de 8 milhões de crianças trabalhadoras, aliada a medidas que permitam “atacar de frente

os adultos promotores dessa desgraça”, estão entre as soluções para transformar em realidade a avançada legislação de que o país necessita.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou que, tendo começado a trabalhar muito cedo, em ocupações relativamente pesadas, essa situação não lhe trouxe prejuízos. Ele se disse mais preocupado com a melhoria da oferta de condições de sobrevivência e considerou exagerada a preocupação de simplesmente evitar que as crianças trabalhem. Heloisa Helena (PT-AL), por sua vez, relatou ter passado “momentos difíceis, deploráveis”, assim como sua mãe, e confessou sua irritação diante daqueles que admitem o trabalho para os filhos dos



Marluce Pinto diz que ações isoladas são insuficientes

outros e não para os seus. “Quem admite o trabalho infantil em carvoarias deve lá colocar seus filhos. Os meus não irão de forma alguma”, frisou. A senadora cumprimentou Marluce Pinto pelo pronunciamento e apontou o Programa de Renda Mínima, proposto por Eduardo Suplicy (PT-SP), como uma das soluções para o problema.

Audiência pública avaliará diminuição da idade penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu realizar uma audiência pública para discutir a redução da imputabilidade criminal de 18 para 16 anos. A audiência, cuja data ainda será definida, foi proposta pelo presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), a partir de sugestão da organização Juventude Latino-Americana para a Democracia (Julad).

Tão logo abriu a reunião na quarta-feira, o presidente da CCJ leu o requerimento que recebeu da entidade e esclareceu que uma proposta de emenda constitucional (PEC) sobre o assunto, apresentada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), está na comissão para ser distribuída a um relator. Segundo Agripino, trata-se de uma questão "polêmica e oportuna".

Arruda afirmou que não tem a solução, mas deseja suscitar a discussão sobre o assunto. Disse que o problema é "complexo demais" e que talvez nem a aprovação de uma medida legal o soluci-

one. Lembrou que, para o encontro na véspera com o presidente da CCJ em que foi solicitada a audiência pública, a Julad trouxe dezenas de familiares de vítimas de crimes praticados por menores de idade:

– Se essas coisas estão acontecendo em plena Capital Federal, imagine no resto do país – afirmou.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) propôs a presença de um representante do Judiciário e de alguém que possa analisar a legislação de outros países.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) mencionou que a maioria dos crimes tem como vítimas e como autores pessoas na faixa etária dos 16 aos 24 anos. O senador Roberto Freire (PPS-PE) sugeriu que participe da audiência um representante da Comissão Especial do Ministério da Justiça para Reformulação do Código Penal. O senador Djalma Bessa (PFL-BA), por sua vez, solicitou a presença de um representante do Ministério Público.

A realização da audiência pública foi aprovada por unanimidade.

CCJ aprova redução de limite para gastos com pessoal

Comissão acolhe parecer favorável a projeto que altera a Lei Camata e considera prejudicada proposta do Senado com o mesmo objetivo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acolheu na quarta-feira parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), pela aprovação do projeto de iniciativa da Câmara nº 06/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal. Também acompanhando o voto do relator, a CCJ concluiu pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 89/98, que trata do mesmo assunto.

A proposta aprovada mantém inalterado o limite máximo de 60% das receitas líquidas para gastos com pessoal nos estados, Distrito Federal e nos municípios, mas reduz o limite para 50% na esfera federal. Além disso, prevê as limitações a que ficam sujeitas as unidades da Federação que apresentem excesso na sua despesa com pessoal e as providências que serão obrigadas a tomar com o objetivo de reduzi-la.

O PLC 06/99, aprovado no dia 24 de março pela CCJ, voltou a ser apreciado a pedido do senador José Fogaça (PMDB-RS), que apresentou requerimento em plenário solicitando a tramitação conjunta com o Projeto de Lei do Senado nº 89/98. Seguindo o Regimento da Casa, as duas matérias foram sub-



Projeto aprovado pela CCJ mantém o limite máximo de 60% de gastos com pessoal para estados e municípios e reduz para 50% o da União

metidas a novo exame pela CCJ.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) questionou a constitucionalidade do artigo 8º do projeto aprovado pela Câmara, que determina a análise das contas do poder público em suas vári-

as instâncias pelos respectivos órgãos de controle externo. Fogaça argumentou que não há inconstitucionalidade, porque o texto aprovado pelos deputados não veda o exame pelos tribunais de contas da União, estados e municípios.

Comissão aprecia normas para demissões

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa na quarta-feira parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável ao projeto de iniciativa do Executivo que regula a perda de cargo público por excesso de despesa. Pelo projeto, a exoneração dos servidores deverá ser precedida de ato normati-

vo do chefe do Executivo, especificando a economia de recursos decorrente da medida, os órgãos objeto da redução e informações relativas às indenizações.

Além disso, as exonerações deverão estar baseadas em pelo menos um dos seguintes critérios: menor tempo de serviço, maior remuneração e menor idade.

Reunião de quarta discute juízes classistas

A proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista no âmbito da Justiça do Trabalho, apresentada em 1995 pelo então senador Gilberto Miranda, será discutida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na reunião de quarta-feira, conforme anunciou o presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN). A matéria estava na pauta da reunião realizada quarta-feira da semana passada, mas, juntamente com outros cinco projetos, foi adiada para esta semana.

O substitutivo do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), aprova a extinção dos classistas e ratifica decisões anteriores da comissão sobre o assunto. O senador acatou duas emendas de plenário, sendo que uma delas assegura o cumprimento dos mandatos dos atuais juízes classistas temporários do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e das juntas de conciliação e julgamento.

Jefferson Péres entende que essa emenda aperfeiçoa a proposta original, alegando que é necessário assegurar o direito adquirido dos atuais juízes classistas com relação aos seus mandatos.



Jefferson Péres, relator da PEC, acatou diversas emendas ao projeto apresentado em 1995

A outra emenda acatada pelo relator estabelece que o TST será composto por 17 juízes dos tribunais regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, sendo cinco escolhidos dentre advogados e cinco dentre membros do Ministério Público. Pela proposta original, três quintos do TST seriam de juízes dos tribunais regionais, um quinto de advogados e mais um quinto de membros do Ministério Público do Trabalho.

Na defesa do fim da figura do juiz classista, Jefferson Péres disse:

– É nossa convicção que a representação classista, ao longo de seus cinquenta anos de vida, tem demonstrado pouca utilidade na solução dos conflitos das relações de trabalho, até porque sua indicação e escolha nem sempre seguem os critérios de representatividade junto às categorias profissionais e econômicas.

Outras matérias cujo exame foi adiado para a próxima semana são os projetos de lei que dispõem sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Sinmetro); normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa; e alienação de terras devolutas da União.

Também foram adiados o projeto de decreto legislativo que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota do Ministério da Infra-Estrutura, publicada em março de 1992, sobre direitos dos garimpeiros de Serra Pelada, e a apreciação de emendas de plenário sobre projeto de lei que torna obrigatório o exame psicológico de policiais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Ginástica Restauradora
7h30 - Especial Unip - Linguagem Musical - 1ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Hidroginástica para gestantes
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Espírito Santo
9h30 - Entrevista - O senador Geraldo Cândido faz uma análise do metrô do Rio de Janeiro, onde trabalhou por cerca de vinte anos
9h55 - Senado em Pauta
10h - Cores do Brasil - Paraná
10h30 - Saúde Todo Dia - Ginástica Restauradora
10h55 - Senado em Pauta
11h - Especial Unip - Linguagem Musical - 1ª parte
11h30 - Espaço Cultural - "Românticos da Boêmia"
12h30 - Entrevista - O senador Geraldo Cândido faz

uma análise do metrô do Rio de Janeiro, onde trabalhou por cerca de vinte anos
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - Diamantina
13h30 - Cidadania - O senador Ramez Tebet e o juiz Ademar de Vasconcelos falam sobre penas alternativas
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Entrevista - O senador Geraldo Cândido faz uma análise do metrô do Rio de Janeiro, onde trabalhou por cerca de vinte anos
19h - Cidadania - O senador Ramez Tebet e o juiz Ademar de Vasconcelos falam sobre penas alternativas
20h - Cores do Brasil - São Luís do Maranhão
20h30 - Entrevista - O senador Geraldo Cândido faz uma análise do metrô do Rio de Janeiro, onde trabalhou por cerca de vinte anos
21h - Jornal do Senado
21h15 - Cidadania - O senador Ramez Tebet e o juiz Ademar de Vasconcelos falam sobre penas alternativas
21h55 - Senado em Pauta
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Amorim denunciou
complô integrado por
membros do governo e
até do Banco Mundial

Amorim aponta desvio em programa de preservação

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) voltou a denunciar irregularidades na gestão do Planaflores – programa de preservação ambiental executado pelo governo de Rondônia em convênio com o Banco Mundial. Amorim criticou o programa, que considerou inadequado para o desenvolvimento do estado.

– O programa não traz nenhum benefício a Rondônia. Ao contrário, exige contrapartida do estado, e seu objetivo é apenas a preservação ambiental, decantada por interesses internacionais, que só vem prejudicar a industrialização, a agricultura e o desenvolvimento. O dinheiro destina-se a organizações não-governamentais, a consultorias, a projetos e demarcações de reservas. Muito pouco é aplicado em atividade produtiva – observou.

Além disso, o senador afirmou que o Ministério do Planejamento ainda não explicou “o desvio de R\$ 7 mi-

lhões do programa no ano passado”. Ele apontou a existência de um complô montado pelo secretário especial de Política Regional, Valdir Castelo Branco, e pelo representante do Banco Mundial, Francisco Vita.

– Estão aceitando a liberação de R\$ 38 milhões para o programa, sem que se tenha esclarecido o desvio de R\$ 7 milhões no ano passado – afirmou.

De acordo com o senador, o desvio foi constatado pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, e comunicado ao ministro do Planejamento, Paulo Paiva, solicitando a comunicação dos fatos ao Banco Mundial e uma tomada de contas especial.

– O ministro teve a posse desse ofício por oito meses. É um desrespeito a todos os senadores que um ministro de Estado permita que permaneça engavetado um documento desse – lamentou o senador.

Amir Lando reivindica a recuperação da BR-364

O senador Amir Lando (PMDB-RO) fez apelo ao Ministério dos Transportes pela recuperação da BR-364, que se encontra interditada, impedindo o trânsito entre Nova Vida e Ariquemes, no estado de Rondônia. Devido aos tantos prejuízos que a paralisação tem causado ao estado, a situação é algo como um infarto na “nossa principal artéria”, disse. Conforme o senador, a ocupação da fronteira Oeste do Brasil somente foi possível com a implantação dessa rodovia, que liga Cuiabá a Porto Velho, seguindo, depois, para Rio Branco, no Acre:

– Quem conhece o estado, sabe que a BR-364, alimentada nas esquinas de inúmeras estradas vicinais, é responsável pelo transporte de 90% de toda a carga originada em Rondônia, ou que por ela circula – relatou o senador.

Amir Lando afirmou que o trecho Nova Vida-Ariquemes é



Amir Lando lembra que a rodovia interditada é a “principal artéria” de Rondônia

prioritário, e por isso tem que merecer a atenção imediata do DNER e do Ministério dos Transportes, ressaltando que o governador do estado, José Bianco, já fez, também, inúmeros apelos ao governo federal para que convoque imediatamente a empreiteira vencedora da licitação da obra do trecho interrompido.

Mozarildo quer que Senado aprove novas áreas indígenas

As atuais demarcações, alega o senador, não levam em conta os interesses dos estados, cujas terras estariam sendo “seqüestradas”

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apresentou na quarta-feira projeto de lei instituindo a exigência de aprovação prévia do Senado para portarias e outros instrumentos legais, de ministérios ou demais órgãos federais, que tratem da demarcação ou criação de parques nacionais, reservas ecológicas, ambientais e indígenas.

Em sua justificativa, Mozarildo afirma que a interdição de áreas dos estados para a criação de parques ou reservas representa um ato unilateral e arbitrário do governo federal, uma vez que nem sequer são ouvidos os estados. “O Senado Federal, onde estão representados os estados da Fe-

deração, é o foro adequado para se pronunciar sobre esses atos que literalmente ‘seqüestram’ vastas áreas estaduais”, argumenta.

Para Mozarildo Cavalcanti, não faz sentido que o Senado se pronuncie para aprovar um presidente do Banco Central ou um embaixador e não seja consultado num assunto de vital preocupação para os estados. “A defesa dos interesses dos estados e da Federação é a atribuição mais importante do Senado. Por isso entendo que parques nacionais e reservas indígenas representam um assunto que deve ser apreciado e votado pelos senadores”, observou o senador por Roraima.



Mozarildo considera o Senado o foro adequado para tratar de temas de interesse dos estados

Tião Viana apresenta denúncias de tribos do Acre contra a Funai

O senador Tião Viana (PT-AC) divulgou na quarta-feira correspondência de líderes indígenas de 12 povos do Acre e do sul do Amazonas, denunciando a Funai por “desvio de recursos públicos, submissão a interesses políticos e tentativa de suborno de lideranças indígenas com empregos e objetos”. Eles solicitam a imediata demissão do atual administrador regional em Rio Branco, Sebastião Batista Figueiredo, e sua substituição por Antonio Ferreira da Silva, informou o senador.

Os signatários da carta afirmam que não pretendem permitir que um órgão como a Funai, criado para defender direitos dos índios, “seja alvo de jogo de interesses políticos”, desrespeitando suas decisões sobre questões básicas como a assistência à saúde, educação e atividades produtivas. “Um outro problema recente”, diz ainda a carta, “foi a tentativa de cooptação”, por meio da oferta de empregos e objetos para dividir as lideranças indígenas.

Para Tião Viana, a política do gover-



Tião Viana disse que não pode aceitar os índices de mortalidade infantil entre os índios

no em relação às comunidades indígenas é equivocada. “Não posso aceitar os índices de mortalidade infantil e de óbito de gestantes entre os índios. Ainda assim, a Funai nem sequer está implementando essa política no Acre e em outros estados amazônicos onde vive a maioria de indígenas que resta no país.”

Em aparte, o senador Mozarildo Ca-

valcanti (PFL-RR) afirmou que as denúncias indígenas representam mais um dos “descalabros” da Funai. “Por isso, apresentei uma emenda a uma MP propondo a transformação da Funai em secretaria do Ministério da Justiça, acabando com esse monstro cujos funcionários somente se interessam em receber seus altos salários em Brasília para nada fazer pelos índios.”

Também em apartes, os senadores Ernandes Amorim (PPB-RO) e Marina Silva (PT-AC) apontaram as condições precárias em que se encontram as comunidades indígenas da Amazônia. Para a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), a preocupação do governo parece ser muito mais com a demarcação de terras do que com o atendimento dos índios. “Em Roraima, se for efetivada a proposta do governo de demarcar áreas contínuas para os yanomami, elas incluirão quatro municípios e dezenas de fazendas centenárias e produtivas. No entanto, suas comunidades estão abandonadas”, disse a senadora.

Eduardo Siqueira Campos pede estímulo ao turismo

A posição que o Brasil ocupa no ranking mundial de turismo – 39º lugar, de acordo com a Organização Mundial do Turismo – pode ser “muitíssimo” melhorada. Foi o que afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), ao defender estímulos ao setor:

– Esperamos muito mais ação do governo e da Embratur, que, em parceria com os estados e a iniciativa privada, têm de implantar uma política mais agressiva no sentido

de atrair mais turistas estrangeiros, ao mesmo tempo incentivando o turismo interno.

Para Eduardo Siqueira Campos, é de interesse imediato do país que o turismo seja estimulado, aproveitando o momento em que o câmbio é favorável ao ingresso de turistas estrangeiros.

– Temos de sair de uma certa letargia, como se, por si só, a indústria se desenvolvesse sem ações concretas nesse sentido – completou.



Eduardo Siqueira Campos sugere política agressiva para atrair estrangeiros